



## TERMO DE REFERÊNCIA

**Unidades Requisitantes:** Secretaria Municipal de Administração.

**Processo Administrativo nº 3184/2026**

**Anexo nº 1850**

**Documentos de Formalização da Demanda nºs 3093**

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento, confecção e instalação de placas veiculares padrão Mercosul destinadas aos veículos da frota municipal, pelo Menor Preço por Item, conforme condições, quantidades, exigências e especificações discriminadas em Edital, Termo de Referência e seus demais anexos integrantes:

Participação	Lote	Ordem	Item - Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máximo Unit. (R\$)	Valor Máximo Total R\$
ME/EPP/MEI	Lote 1	1	109488 - AQUISIÇÃO DE PLACAS DE CARRO OFICIAL, MODELO MERCOSUL.	UNID	60	218,71	13.122,60
ME/EPP/MEI	Lote 2	1	109489 - AQUISIÇÃO DE PLACAS DE MOTOCICLETA OFICIAL, MODELO MERCOSUL.	UNID	10	102,06	1.020,60

1.2. A opção pelo Pregão Eletrônico se justifica por possibilitar uma maior adequação entre a demanda e o fornecimento. Esta modalidade também auxilia no planejamento orçamentário por distribuir a aplicação dos recursos ao longo do exercício.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, em atendimento ao contido no art. 20 da Lei nº 14.133/21.

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

### 2. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÕES

2.1. O prazo de vigência contratual será de 12 (Doze) meses, contado da data de assinatura de contrato, e poderá ser prorrogado, por igual período, a partir de mútuo acordo entre as partes.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. Considerando a quantidade de veículos que compõem a frota desta municipalidade, bem como as futuras aquisições previstas, incluindo caminhões, motocicletas, ônibus, veículos de passeio e utilitários, torna-se necessária a contratação de empresa especializada para a confecção e instalação de placas veiculares.

3.2. A medida visa garantir a regularização e identificação adequada dos veículos incorporados à frota municipal, assegurando sua circulação em conformidade com a legislação de trânsito vigente. Além disso, busca atender às exigências legais e administrativas relacionadas ao registro, licenciamento e operação dos veículos, contribuindo para a segurança, a trafegabilidade e a eficiência dos serviços públicos prestados à população.

3.3. Dessa forma, a contratação pretendida tem por objetivo assegurar o atendimento contínuo das demandas da Administração Municipal, mantendo a frota devidamente regularizada e apta para a execução de suas atividades institucionais.

### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.



## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **5.1. Sustentabilidade/impacto ambiental**

- 5.1.1. A contratada deverá adotar práticas que minimizem impactos ambientais, observando a destinação adequada dos resíduos gerados na confecção e instalação das placas.

### **5.2. Indicação de marcas e modelos**

- 5.2.1. Na presente contratação não será vedada nenhuma marca.

### **5.3. Subcontratação**

- 5.3.1. É vedada a subcontratação do objeto.

### **5.4. Garantia da Contratação**

- 5.4.1. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

### **5.5. Da exigência de amostra**

- 5.6. Dispensa-se a apresentação de amostra técnica, sendo a conferência dos produtos realizada no ato da entrega, conforme as especificações do Termo de Referência, Edital e Contrato.

### **5.7. Obrigações das Partes**

#### **5.7.1. Da Contratada**

- 5.7.1.1. Abster-se de subcontratar o objeto da presente licitação;
- 5.7.1.2. Designar, formalmente, um representante, no ato da assinatura de contrato, com poderes para operacionalizar a avença, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento;
- 5.7.1.3. Acatar as recomendações da fiscalização do CONTRATANTE, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitado;
- 5.7.1.4. Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários;
- 5.7.1.5. Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 5.7.1.6. Entregar o objeto em devidas condições, devendo promover a substituição, no prazo máximo de 03 (Três) dias úteis, contados a partir da notificação do Município de Marialva – PR, quando:
- 5.7.1.6.1. Não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência e na proposta feita no procedimento licitatório;
- 5.7.1.7. Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outras entidades, seja fabricantes, técnicos e outros;
- 5.7.1.8. Considerar que a ação da fiscalização do CONTRATANTE não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;
- 5.7.1.9. Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE;
- 5.7.1.10. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do Município de Marialva – PR;
- 5.7.1.11. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente referente ao fornecimento do produto e prestar os esclarecimentos cabíveis;
- 5.7.1.12. Acatar todas as orientações do Município de Marialva – PR, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

#### **5.7.2. Da Contratante**

- 5.7.2.1. Receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes neste Termo de Referência, no instrumento convocatório e na proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas;
- 5.7.2.2. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o objeto pactuado;
- 5.7.2.3. Comunicar, por escrito, à Contratada quaisquer irregularidades verificadas no objeto fornecido;



5.7.2.4. Comunicar, por escrito, à Contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada;

5.7.2.5. Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

#### **5.8. Sanções**

5.8.1. O descumprimento das disposições contidas neste Termo de Referência e/ou contratuais sujeita a CONTRATADA às seguintes sanções administrativas:

5.8.2. advertência;

5.8.3. multa;

5.8.4. impedimento de contratar com o Município de Marialva – PR;

5.8.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até sua reabilitação perante autoridade que aplicou a penalidade);

5.8.6. descredenciamento do sistema de registro cadastral.

5.8.7. Todas as sanções previstas nesse documento poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa. ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

5.8.8. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (Quinze) dias, contados da comunicação oficial.

5.8.9. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao Município, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

5.8.10. As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.

5.8.11. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação. ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

5.8.12. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas aplicáveis, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o Contratante, pelo prazo máximo de 03 (Três) anos.

5.8.13. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações cabíveis, bem como pelas infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, nesses casos a duração observará o prazo previsto no ([art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#)).

5.8.14. A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar, caso o valor do dano seja superior ao valor da multa aplicada. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados. ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

5.8.15. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

5.8.16. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (Trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

5.8.17. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

5.8.18. a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto;

5.8.19. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

5.8.20. os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

5.8.21. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

#### **5.9. Severidade**



5.9.1. As sanções de advertência e multa serão aplicadas conforme a graduação a seguir:

-Grau de Severidade Leve (L1) = advertência;

-Grau de Severidade Moderado (M1, M2 e M3) = aplicação de Multas:

M1 = multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; M2 = multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e M3 = multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação.

-Grau de Severidade Grave (G1 e G2) = aplicação de sanção:

G1 = multa de 0,7% (zero vírgula sete por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

G2 = Rescisão contratual cumulada com multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

O grau de severidade inicial da pena será determinado considerando a conduta e a primariedade ou a reincidência da CONTRATADA, conforme tabela a seguir:

CONDUTAS ITEM		Ocorrência e reincidência					
		Grau de severidade					
		Leve	Moderado			Grave	
		L1	M1	M2	M3	G1	G2
1	O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
2	O não cumprimento de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos.		1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez
3	A paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
4	Atraso injustificado do início da execução do contrato de prestação de serviço ou de fornecimento de bens.		1ª vez				
5	Não manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
6	Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa.						1ª vez
7	Agir em desconformidade legal na relação contratual.						1ª vez
8	Abandonar a execução do contrato.						1ª vez
9	Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o contrato.						1ª vez





10	Criar embaraços ou deixar de prestar informações que possam contribuir com o processo de fiscalização contratual.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
11	Deixar de entregar a documentação exigida no Termo de Referência e/ou contrato.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
12	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada ou recusar-se a apresentar documentos complementares relacionados à sua habilitação, (documentação fiscal, documentação trabalhista e/ou documentação previdenciária), quando solicitado, ou, ainda, perder as condições de habilitação exigidas.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez

5.9.2. O rol das infrações descritas na tabela acima não é exaustivo, não excluindo a aplicação de outras sanções previstas em lei.

5.9.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

5.9.4. Em caso de atraso ou não cumprimento de obrigação, a severidade inicial da sanção será elevada a cada 05 (Cinco) dias úteis, caso a obrigação não seja devidamente adimplida, implicando a cumulação das graduações da(s) sanção(ões) aplicada(s) (L1 + M1 + M2 + M3 + G1 + G2), excetuadas as penas de multas específicas.

5.9.5. No caso de atraso por mais de 30 (Trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (Vinte por cento) do valor do contrato, fica facultado ao Município de Marialva – PR rescindir unilateralmente o contrato.

#### **5.10. Moratória**

5.10.1. Moratória de 0,5% (Cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, para todo o período de atraso, no caso de atraso injustificado na entrega dos produtos, limitada a incidência de 30 (Trinta) dias. O atraso superior a 30 (Trinta) dias autorizará a Administração a promover o cancelamento do Contrato.

5.10.2. O valor máximo da multa será equivalente a 30 (Trinta) dias corridos de atraso. A partir deste momento, além da multa, aplica-se o impedimento de licitar e contratar, podendo, à critério da Administração, configurar inexecução total da obrigação assumida, culminando na rescisão do contrato.

5.10.3. Moratória de 2% (Dois por cento) por dia, sobre o valor total do Contrato, em caso de atraso injustificado no início da execução da Previsão Contratual, superior a 5 (Cinco) dias úteis, limitada a incidência a 10 (dez) dias úteis. A multa está limitada a 10% (Dez por cento) do valor total do Contrato.

5.10.4. Após o décimo dia útil e a critério da Administração, nos casos de atrasos injustificados no início da execução da Previsão Contratual, poderá ocorrer a não aceitação, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial do contrato.

5.10.5. Compensatória de 2% (Dois por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida.

5.10.6. Compensatória de 5% (Cinco por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

5.10.7. Compensatória de 5% (Cinco por cento) sobre o valor total da contratação, nos casos de rescisão contratual por culpa do Contratado.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **6.1. Condição e local de entrega**

6.1.1. Os produtos deverão ser entregues em dia útil previamente ajustado entre as partes, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contado a partir da ciência da Contratada acerca da



emissão da Nota de Empenho, a qual será encaminhada por meio eletrônico ao endereço informado pela licitante vencedora.

6.1.2. A entrega deverá ser realizada no local indicado na respectiva Nota de Empenho, obrigatoriamente em dias úteis, nos seguintes horários disponíveis para recebimento: das 08h00 às 11h00 e das 13h30 às 16h30.

6.1.2.1. Os locais de entrega estão localizados nos limites geográficos da municipalidade de Marialva – PR, inclusas suas regiões distritais e demais comunidades.

6.1.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a Contratada deverá comunicar as razões do atraso com ao menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.1.4. Os quantitativos serão solicitados em conformidade com a demanda apresentada pela municipalidade de Marialva – PR.

6.1.5. Os produtos solicitados terão recebimento provisório, de forma sumária, em conformidade a Lei nº 14.133/2021.

6.1.5.1. O recebimento provisório possui por finalidade a aferição da especificação técnica, por parte da Unidade Requisitante, do produto ofertado.

6.1.5.2. Se durante a avaliação e conferência a unidade requisitante constatar que o objeto não está em conformidade às exigências editalícias e/ou apresenta algum defeito, o mesmo será recusado.

6.1.5.3. Caso sejam constatadas irregularidades ou não conformidade com as especificações, o objeto será recusado, devendo a Contratada promover a substituição no prazo estabelecido pela Administração, sem ônus para o Município.

## **6.2. Garantia**

6.2.1. A garantia dos itens deverá observar as disposições do Código de Defesa do Consumidor e demais normas aplicáveis.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. São indicados para fiscalização:

### **GESTORA DE CONTRATOS**

<b>Nome Completo</b>	<b>Cargo/Função</b>	<b>Matrícula</b>
Daiane Rebeca Aquino	Gestora de Contratos	3160

### **FISCAIS DE CONTRATO**

Titulares:

<b>Nome Completo</b>	<b>Cargo/Função</b>	<b>Matrícula</b>
Gilmar Vitorino da Silva	Diretor Do Departamento Administrativo E Financeiro	10511

Suplentes:

<b>Nome Completo</b>	<b>Cargo/Função</b>	<b>Matrícula</b>
Paulo Sergio de Carvalho	Motorista	606
Marcio Marcelo Martins	Motorista	1194

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

8.1. Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e



na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (Dois) dias úteis, a partir da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **8.5. Liquidação**

8.5.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 (Trinta) dias corridos para fins de liquidação.

8.5.2. A Contratante fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos na mesma norma:

8.5.2.1. **A Contratada deverá, obrigatoriamente, destacar junto à Nota Fiscal o valor referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte, para efeito de procedimento de retenção pela Administração Municipal, em conformidade ao Decreto Municipal nº 8402/2023, em consonância à Instrução Normativa nº 2145/2023 emitida pela Receita Federal do Brasil, devidamente, amparada em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), obedecendo as alíquotas estabelecidas.**

8.5.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.5.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.5.5. O pagamento será precedido de consulta prévia para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação.

8.5.6. Na hipótese de irregularidade de habilitação, a contratada deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 15 (Quinze) dias, sob pena de aplicação das sanções contratuais e rescisão do contrato.

8.5.7. O pagamento efetuado pelo Município de Marialva – PR não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades.

8.5.8. É vedado à Contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

8.5.9. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Município de Marialva – PR, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

- $I = (TX / 100) / 365$
- $EM = I \times N \times VP$ , onde:



- I = Índice de atualização financeira;
- TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
- EM = Encargos moratórios;
- N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso.

#### **8.6. Forma de pagamento**

8.6.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.6.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.6.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.6.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.6.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

#### **9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM, devendo ser respeitados os valores máximos por item (unitário e total).

9.1.2. Com fulcro no Inciso I, do Artigo nº 48, da Lei Complementar nº 123/2006, o presente procedimento licitatório será exclusivo à participação de ME, MEI e EPP.

9.1.3. A presente licitação será encaminhada por Menor Preço por Item, com prioridade local, à Micro Empreendedor Individual (MEI), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Microempresas (ME), amparada no Inciso I, do artigo 48, da Lei Complementar nº 123/2006; nos Artigos nºs 34 à 54 da Lei Municipal Complementar nº 341, de 12 de Dezembro de 2019; e do Decreto Municipal de 12 de Janeiro de 2021, com a finalidade de fomento a economia, e o desenvolvimento de políticas públicas no âmbito local;

9.1.3.1. Entende-se local: limites geográficos do município de Marialva – PR, inclusas suas regiões distritais e demais comunidades.

9.1.4. Por fim, através de Cadastro Mobiliário, anexo, apurou-se um relevante número de fornecedores, instalados no município de Marialva – PR, com capacidade para atender a demanda apontada neste procedimento licitatório.

#### **9.2. Exigências de habilitação**

9.2.1. Para fins de habilitação, deverá o Licitante comprovar os requisitos a seguir.

9.3. Documentos relativos à **habilitação técnica**:

9.3.1. Comprovação de credenciamento junto ao DETRAN ou órgão competente para fabricação e/ou instalação de placas de identificação veicular padrão Mercosul.

9.4. Documentos relativos à **habilitação jurídica**:

9.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.3. No caso de Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das





Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.4.4. No caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.4.5. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.5. Documentos relativos à **regularidade fiscal e trabalhista**:

9.5.1. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

9.5.2. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

9.5.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.5.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

9.5.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.6. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.7. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

9.8. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (Cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.9. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

9.10. A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

9.11. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.

9.12. Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será



considerado o prazo máximo de 90 (Noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

9.13. **Documentação complementar:**

9.14. Para o fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/21;

9.15. Declaração Unificada – Conforme Anexo.

#### **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O valor máximo da licitação para contratação com base nas quantidades estimadas a serem adquiridas pelo Município de Marialva – PR é de R\$ 14.143,20 (Quatorze mil cento e quarenta e três reais e vinte centavos), conforme detalhado em Demonstrativo de Formulação de Preços, anexo junto ao processo Administrativo nº 3184/2026.

#### **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Marialva – PR, em dotações orçamentárias aditadas junto ao Processo Administrativo nº 3184/2026.

Marialva – PR, 10 de Junho de 2026.



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### 1. INTRODUÇÃO

O princípio do planejamento é um dos fundamentos da Lei 14.133/2021, e possui por objetivo assegurar que as licitações e os contratos públicos sejam conduzidos de forma mais eficiente e transparente.

Para tanto, a referida legislação estabelece uma série de regras e procedimentos que devem ser observados na fase de planejamento da contratação pública, dentre elas a obrigatoriedade da elaboração de estudos técnicos preliminares para todas as contratações públicas, destacando-se assim a importância do princípio do planejamento.

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

### 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Administração Municipal possui uma frota composta por diversos veículos utilizados na execução de serviços públicos essenciais, abrangendo diferentes secretarias e setores. Além dos veículos atualmente em operação, há a possibilidade de novas aquisições ao longo da vigência contratual, incluindo caminhões, motocicletas, ônibus, veículos de passeio e utilitários, que passarão a integrar o patrimônio público municipal. Para que esses veículos possam circular regularmente, é indispensável a confecção e instalação de placas de identificação veicular em conformidade com as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e demais legislações aplicáveis. A ausência ou inadequação das placas impossibilita o licenciamento e a utilização legal dos veículos, comprometendo a continuidade dos serviços prestados à população. Dessa forma, faz-se necessária a contratação de empresa especializada e devidamente credenciada pelos órgãos competentes para a confecção e instalação de placas veiculares, garantindo a regularização da frota municipal, a observância da legislação de trânsito vigente, a segurança dos usuários e a adequada identificação dos bens públicos.

A contratação permitirá o atendimento das demandas atuais e futuras da Administração Municipal, assegurando que os veículos estejam aptos a desempenhar suas funções de forma regular, eficiente e em conformidade com os requisitos legais.

### 3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Em conformidade ao Artigo nº 06, do Decreto nº 8087/2022, a municipalidade de Marialva – PR poderá elaborar o Plano Anual de Contratações com fins de racionalizar as aquisições e demais contratações das entidades e órgãos sob a sua responsabilidade.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

As condições e exigências estão descritas de forma específica em Termo de Referência, em consonância ao Inciso III, do § 1º do Artigo nº 18, da Lei 14.133/2021.

### 5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Não é possível definir com precisão a quantidade de placas veiculares que será necessária durante a vigência da contratação, uma vez que a demanda está diretamente relacionada à aquisição de novos veículos pela Administração Municipal, bem como a eventuais necessidades



de substituição de placas decorrentes de danos, extravios ou outras situações que exijam sua renovação.

## **6. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

Nota-se após levantamento de mercado, um elevado número de potenciais fornecedores, sediados local, com capacidades operacionais em prover os objetos presentes na pretendida aquisição.

## **7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO**

Os preços foram coletados de acordo com o disposto no Artigo 23, §1º da Lei nº 14.133/2021. O valor máximo da licitação para contratação com base nas quantidades estimadas a serem adquiridas pelo Município de Marialva – PR é de R\$ 14.143,20 (Quatorze mil cento e quarenta e três reais e vinte centavos). Após análise dos valores praticados no mercado, considerando as fontes de consulta apresentadas na planilha colacionada junto ao Processo Administrativo nº 3184/2026, o preço máximo foi obtido através da média dos valores, com a discrepância de 20% do menor valor apurado, conforme detalhado em Demonstrativo de Formulação de Preços, anexo junto ao processo administrativo supracitado.

## **8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução consiste na contratação de empresa especializada, devidamente credenciada pelos órgãos competentes, para a prestação de serviços de confecção e instalação de placas veiculares destinadas aos veículos pertencentes à frota municipal, bem como àqueles que vierem a ser adquiridos durante a vigência da contratação.

Os serviços deverão ser executados em conformidade com a legislação de trânsito vigente, observando os padrões e especificações estabelecidos pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e demais normas aplicáveis. A contratação compreenderá o fornecimento dos materiais necessários, a confecção das placas e sua instalação, quando aplicável, garantindo a regular identificação e a legalização dos veículos perante os órgãos de trânsito.

A solução adotada visa assegurar que todos os veículos da Administração Municipal estejam aptos a circular regularmente, contribuindo para a continuidade dos serviços públicos, a segurança dos usuários, a adequada gestão patrimonial e o cumprimento das exigências legais relacionadas ao registro e licenciamento da frota.

Dessa forma, a contratação apresenta-se como a alternativa mais adequada para atender às necessidades atuais e futuras da Administração, proporcionando eficiência, regularidade e segurança na gestão dos veículos municipais.

## **9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

Com a presente contratação, pretende-se assegurar o atendimento contínuo das demandas de impressão gráfica das Secretarias Municipais e demais Departamentos do Município de Marialva/PR, garantindo a disponibilização de materiais gráficos necessários ao desenvolvimento das atividades administrativas, institucionais e de comunicação com a população. Busca-se, ainda, proporcionar maior organização dos serviços públicos, eficiência na divulgação de informações e campanhas institucionais, bem como economicidade e qualidade na execução dos serviços, contribuindo para a melhoria do atendimento e da gestão pública municipal.

## **10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

Não aplicável.

## **11. IMPACTOS AMBIENTAIS**

A presente contratação não possui relevantes impactos ambientais.





## **12. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Diante das informações apresentadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida é viável e necessária para atender às demandas da Administração Municipal. A contratação de empresa especializada para a confecção e instalação de placas veiculares permitirá a regularização e a adequada identificação dos veículos que compõem ou venham a compor a frota municipal, garantindo o cumprimento da legislação de trânsito vigente e a continuidade dos serviços públicos prestados à população.

## **13. ANÁLISE DE RISCO**

Os riscos que poderiam afetar a contratação estão mitigados pelos instrumentos do Termo de Referência e do futuro Edital de Licitação.



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 66E7-BD3F-DB94-9A2F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



DANIELLI CASSIA BETANIN (CPF 091.XXX.XXX-37) em 11/06/2026 15:43:40 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



THIAGO YUDI SAKATA (CPF 048.XXX.XXX-42) em 11/06/2026 15:47:36 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MARIANA SERVIUC MORI RAGIOTTO (CPF 051.XXX.XXX-85) em 11/06/2026 15:49:30 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://marialva.1doc.com.br/verificacao/66E7-BD3F-DB94-9A2F>